

CCJ aprova proposta que restringe imunidade

De acordo com o substitutivo de José Fogaça, o Supremo Tribunal Federal poderá processar o parlamentar caso a Câmara ou o Senado não se manifestem sobre o pedido de licença no prazo de 120 dias



Josaphat, Cabral, Tebet e Fogaça participaram da reunião da Comissão de Justiça em que foi aprovada a proposta sobre a imunidade parlamentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem substitutivo do relator, senador José Fogaça, que altera as regras constitucionais para a imunidade de deputados e senadores. Pela proposta, o Supremo Tribunal Federal pode processar o parlamentar caso a Câmara ou o Senado não se manifestem sobre o pedido de licença no prazo de 120 dias. A CCJ aprovou ainda duas emendas à proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. **Páginas 4 e 5**

NESTA EDIÇÃO

1 **Recolhimento ao INSS poderá ser trimestral**

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprova parecer favorável a projeto que permite pagamento trimestral da contribuição para a Previdência Social. **Página 6**

2 **Sessão do Congresso é transferida para hoje**

Deputados e senadores votam, às 11h, a Medida Provisória 1.660, que cria gratificação para servidores de nível intermediário da área de ciência e tecnologia. **Página 2**



Projeto cria dedução para estimular primeiro emprego

O plenário do Senado (*foto*) aprovou ontem à noite projeto de lei do senador Osmar Dias que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Ele permite às empresas

deduzir do Imposto de Renda os encargos com os empregados com idade entre 14 e 18 anos. O benefício vale para até 10% das vagas das empresas. **Página 3**

Com uma pauta de sete itens, o Senado aprecia hoje a contratação de créditos externos para os programas de desenvolvimento de propulsores de satélites e de reaparelhamento da Marinha

Plenário vota autorizações para empréstimos

O plenário do Senado reúne-se hoje, às 9h, com uma pauta de sete itens, entre eles dois projetos de resolução que autorizam o Brasil a contratar créditos externos com o Banque Nationale de Paris (US\$ 7 milhões) e com o Peene Werf GmbH (US\$ 51 milhões). O primeiro empréstimo se destinará ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites e o se-

gundo, ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Estão também na pauta, para discussão em segundo turno, propostas de emendas constitucionais dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), criando o serviço civil obrigatório, e Mauro Miranda (PMDB-GO), incluindo a moradia entre os direitos sociais consagrados na Constituição. Deverão ainda ser votados três projetos de resolução autorizando os

estados do Espírito Santo e do Amazonas a contratarem operações de crédito. Para refinanciar dívidas, o Espírito Santo precisa de R\$ 429,8 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Pelo mesmo programa, o Amazonas quer contratar duas operações de R\$ 120 milhões, conforme dois projetos de resolução relatados pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

Congresso aprecia hoje MP que cria gratificação

Foi transferida para hoje, às 11h, a sessão do Congresso Nacional destinada a votar a Medida Provisória 1.660, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDCT) para os ocupantes dos cargos efetivos de nível intermediário da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia.

Também deverão ser votados os Projetos de Lei do Congresso nº 6/98 e 7/98, que autorizam o Poder Executivo a abrir créditos

especiais em favor da empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no valor de R\$ 847,3 milhões, e em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, no valor de R\$ 847,4 milhões.

A pauta prevê ainda a votação do Projeto de Resolução do Congresso nº 02/98, que ratifica a Declaração Constitutiva do Fórum dos Parlamentares de Língua Portuguesa, assinada em Lisboa, em 21 de março deste ano.

Agenda do Dia

1º VICE-PRESIDENTE Senador Geraldo Melo

- 9h - Sessão deliberativa ordinária
10h - Missa de 30º dia do falecimento do deputado Luis Eduardo Magalhães. *Salão Negro*
11h - Sessão conjunta do Congresso Nacional
15h - Despacho interno

PLENÁRIO

- 9h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 50/98, que autoriza o governo do Espírito Santo a contratar operação de refinanciamento de dívida do estado, substanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em março de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 429.887.648,70; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 51/98, que autoriza o governo do Amazonas a contratar, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com o aval da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, operação de crédito no valor de R\$ 120.000.000,00; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 52/98, que autoriza o governo do Amazonas a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, substanciadas no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em março de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 120.000.000,00; Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 28/96, que inclui entre os direitos sociais o direito à moradia; primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 32/96, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório; discussão em turno único do Projeto de Resolução nº 29/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banque Nationale de Paris - BNP, no valor equivalente a 7 milhões de dólares de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites; e discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 30/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de 51 milhões de dólares, junto ao Peene Werf GmbH
11h - Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "MP nº 1.660, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, para os ocupantes dos cargos efetivos de nível intermediário da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia; PLN nº 6/98, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petrobrás Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847.386.099,00, para os fins que especifica; "PLN nº 7/98, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 847.495.130,00; e "PRN nº 2/98, que ratifica a Declaração Constitutiva do Fórum dos Parlamentares de Língua Portuguesa (FPLP). *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

- 9h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: "Projeto de Resolução nº 49/96, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*
10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; relatório ao "PL nº 10/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 20 milhões, em favor da Justiça Federal; relatório à "Mensagem nº 100/98-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o Aviso 29/98, do ministro de Minas e Energia, com esclarecimentos sobre o subprojeto de responsabilidade da Eletronorte e a construção da Usina Hidrelétrica Manso; relatórios apresentados às "Mensagens nºs 138 e 140, que submetem à deliberação do Congresso Nacional os Avisos nºs 83/98 e 134/98, que prestam esclarecimentos sobre subprojetos de responsabilidade do Ministério dos Transportes, nos termos do parágrafo 1º do art. 5º da Lei nº 9.598 (Lei Orçamentária do exercício de 1998); e "Requerimento do deputado João Fassarella, solicitando esclarecimentos acerca dos gastos em desacordo com a Constituição federal promovidos por diferentes órgãos do Poder Executivo. *Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados*

Senadores acolhem nomes para STM e embaixadas

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes dos embaixadores Marcus Camacho de Vincenzi e Marco César Meira Naslauskys para as embaixadas brasileiras na Colômbia e na Santa Sé, respectivamente. As duas indicações receberam parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. O embaixador Naslauskys responderá também pela representação brasileira na Ordem Soberana e Militar de Malta. As votações tiveram idêntico placar: 50 votos favoráveis, três contrários e

uma abstenção.

Na mesma sessão, o plenário aprovou o nome de Carlos Alberto Marques Soares para ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Marques Soares assume vaga reservada a juiz auditor, aberta com a aposentadoria do ministro Seixas Telles. A nomeação teve parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A indicação de Marques Soares foi aprovada por 45 votos, com dois contrários e uma abstenção.

Diretor do Procon fala sobre o sistema de sorteio 0900

Os sorteios pelo sistema 0900 nas redes de televisão, autorizado a partir de janeiro de 1997, são o assunto da entrevista com o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) Nelson Lins, que vai ao ar às 7h e às 18h15 de hoje

na TV Senado.

Na oportunidade, Lins esclarece que percentagem da renda dos sorteios é repassada a entidades filantrópicas e como isso é feito, e fala, ainda, sobre a prestação de serviços como o disque sexo e o disque tarô.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes
Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Marluce Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editor-Chefe - Djalba Lima
Editores - Marcos Magalhães, Marluza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Empresas poderão deduzir do Imposto de Renda e da contribuição social os encargos decorrentes da contratação dos jovens. Por outro lado, ficam obrigadas a matricular o menor em cursos profissionalizantes

Aprovado projeto do primeiro emprego

O Senado aprovou ontem projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR), criando o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Pepe). O projeto se destina a estimular oportunidades de emprego para jovens entre 14 e 18 anos.

De acordo com a proposta, as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda e da contribuição social os encargos pagos com os jovens empregados. Por outro lado, ficam obrigadas a matricular o menor em um curso profissionalizante.

O plenário aprovou também as duas emendas apresentadas em plenário, que tiveram parecer favorável da relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS). As emendas foram apresentadas pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Uma delas, em razão dos altos índices de desemprego, reduziu de 25% para 10% o limite máximo de vagas a serem preenchidas nas condições do Pepe.

A outra obrigou a matrícula do menor empregado em uma escola de primeiro grau, caso este não tenha completado a oitava série do curso fundamen-



Uma das emendas aprovadas no plenário reduziu de 25% para 10% o máximo de vagas a serem preenchidas

tal. Foi aprovada subemenda a essa segunda, possibilitando a matrícula também em cursos e exames supletivos do primeiro grau.

O autor do projeto pediu destaque para votação em separado do último artigo, o sétimo, do projeto. É que, apresentado em 1995, trazia a tradicional finalização "revogam-se as disposições em contrário", hoje tecnicamente errônea, já que é necessário incluir a legislação revogada. O artigo foi rejeitado. O projeto, aprovado, vai à Comissão Diretora para elaboração da redação final.

Comissão estudará causas do desemprego no país

A criação de uma comissão especial temporária com o objetivo de estudar as causas do desemprego foi aprovada ontem à noite pelo plenário do Senado. O autor do requerimento, senador Pedro Simon (PMDB-RS), congratulou a Mesa da Casa pela rapidez com que a matéria foi colocada em votação e aprovada pelos senadores, "conside-

rando a importância desse tema". Segundo Simon, a três anos do fim do milênio, uma das maiores preocupações da população mundial é a falta de oportunidade de emprego. "Tanto é assim que as causas do desemprego têm sido um dos itens prioritários da agenda da maioria dos chefes de Estado e de governo da União Européia", frisou Simon.

Emenda da guerra fiscal adiada para 3 de junho

Ao acatar requerimento encabeçado pelo senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), o plenário adiou de ontem para o dia 3 de junho a votação da proposta de emenda constitucional que procura dar um fim à chamada guerra fiscal entre os estados — a concessão de incentivos fiscais para atração de empresas. A emenda, de autoria do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), ministro da Previdência Social, determina que o Senado votará uma resolução contendo as condições para que os estados ofereçam tais incentivos.

Reforma tributária entra em discussão

O plenário aprovou no final da sessão ordinária de ontem requerimento do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA) propondo a criação de comissão especial temporária com a finalidade de estudar as propostas de reforma tributária. O Senado, dessa forma, se antecipa à discussão da matéria, que, no momento, encontra-se sob exame da Câmara dos Deputados. O governo federal está preparando um novo texto da reforma, que deverá ser enviado ao Congresso nos próximos meses. A comissão especial deverá ser integrada por onze senadores titulares e onze suplentes, e tem prazo de funcionamento previsto para até 15 de dezembro deste ano. Na justificativa da proposição, o autor afirma que o Senado precisa colocar-se em dia com as discussões sobre a reforma tributária, uma vez que já iniciaram tramitação na Câmara várias propostas de emendas constitucionais sobre o tema.

Sudene passa a atender 27 municípios do Espírito Santo

Depois de quase três horas de discussão, o plenário do Senado aprovou ontem a inclusão de 27 municípios do norte do Espírito Santo na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o que lhes dá direito a incentivos fiscais do governo federal e acesso a programas de obras contra as secas.

Por 36 votos favoráveis e 18 contrários, os senadores concordaram com emenda feita pela deputada Rita Camata, na Câmara, a um projeto da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que colocou 45 municípios do Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais na área da Sudene. O projeto será agora encaminhado ao presidente da República, para sanção. A discussão da matéria gerou polêmica, com os sena-

dores do Nordeste manifestando-se contra a ampliação da área da Sudene.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), que relatou favoravelmente a emenda da Câmara na Comissão de Assuntos Econômicas (CAE), sustentou que a inclusão do Vale do Jequitinhonha e do norte do Espírito Santo na área da Sudene corrigia uma injustiça. "O norte de Minas já está na área da Sudene. Mas não tem sentido deixar de fora o Vale do Jequitinhonha, mais pobre que o Piauí, onde eu nasci", observou Francelino.

DIVIDIR POBREZA

O senador Beni Veras sustentou que o Espírito Santo tem uma renda *per capita* três vezes maior que a renda nordestina e, por isso, não via razão no projeto. Lembrou ainda que os incentivos fiscais para o Nordeste

serão extintos no ano 2013 e que hoje eles não passam de 20% do que eram há poucos anos. Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Hugo Napoleão (PFL-PI), José Agripino (PFL-RN), Djalma Bessa (PFL-BA), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Geraldo Melo (PSDB-RN), Carlos Wilson (PSDB-PE) e Fernando Bezerra (PMDB-RN) discordaram do projeto e da emenda da Câmara.

— Com essa ampliação, estaremos redistribuindo pobreza com mais dois estados. Se o critério for pobreza, então deveríamos incluir na área da Sudene o norte do estado do Rio de Janeiro, uma região também com municípios pobres — afirmou Lúcio Alcântara.

Os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), Gerson Camata (PMDB-ES), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Júnia Mari-



Júnia redigiu projeto original

se (PDT-MG) defenderam a proposta. José Ignácio afirmou que o norte do Espírito Santo é uma região seca, como o sul da Bahia. "Conforme documento do Ipea, em 60% do meu estado há secas e as chuvas são abundantes em 8% do território". Já Elcio Alvares observou que "não existe uma linha reta que corta as regiões secas das outras". Gerson Camata informou que a seca afeta tanto o Vale do Jequitinhonha quanto o norte capixaba e que Vitória recebeu nos últimos anos mais de 100 mil pessoas que fugiram dessas áreas.



O parecer de Fogaça foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Substitutivo de José Fogaça fixa prazo de 120 dias para Câmara e Senado votarem licença para STF processar deputados e senadores

CCJ aprova parecer que altera imunidade parlamentar

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), que muda as regras constitucionais para a imunidade de deputados e senadores. Pela proposta, o Supremo Tribunal Federal (STF) pode processar o parlamentar caso a Câmara ou o Senado não se manifeste sobre o pedido de licença num prazo de 120 dias.

O parecer de Fogaça (veja quadro ao lado) também elimina a necessidade de solicitar licença para processar o parlamentar que tenha cometido crimes antes de assumir o mandato. "Isso acaba com a possibilidade de a pessoa se acobertar por trás de um mandato parlamentar", afirmou o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Antes de expedido o diploma pela Justiça Eleitoral, deputados e senadores eleitos serão tratados como cidadãos comuns. Após a diploma-

ção é que ganham o benefício de só poderem ser presos em flagrante de crime inafiançável. "Agora, somente os atos praticados após a diplomação estão sob o abrigo da imunidade", explicou Fogaça.

O relator explica que quis manter a inviolabilidade dos parlamentares pelas suas palavras e votos, mas retirar imunidades não inerentes à atividade parlamentar. "Esse relatório opta pelo consenso para que avanços possam ser feitos", afirmou.

O senador considera o instrumento do curso de prazo para autorização pelo Congresso como um dos maiores avanços de sua proposta. "Esse mecanismo vai fazer com que os processos andem e que atos delituosos cometidos por parlamentares sejam julgados", disse. Fogaça foi buscar inspiração para esse dispositivo na Constituição de 1967, que estabelece prazo similar.

O substitutivo conflita com proposta aprovada pela Câmara que per-

mite ao Congresso suspender o julgamento de parlamentar pelo STF. Para o relator, a sustação dos processos poderia ser interpretada como interferência de um poder em outro.

Pelo substitutivo aprovado, o STF continua sendo o fórum único para julgamento de deputados e senadores. Quanto a isso, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez reparos à proposta de Fogaça. Para Tebet, deveria haver duplo grau de jurisdição, ou seja, deve ser dada aos membros do Congresso a chance de recorrer a uma segunda instância judicial. "O STF não é infalível", justificou, anunciando que deverá apresentar emenda de plenário sobre esse ponto.

Fogaça afirma não ter encontrado outra solução. "Qual seria a primeira instância? O STJ (Superior Tribunal de Justiça)?", questionou, ressaltando não ter obtido consenso entre os senadores consultados a esse respeito. Fogaça considera também que a possibilidade de o plenário se manifestar dentro de 120 dias funciona como uma primeira instância.

Outra modificação é que o Supremo só receberá a denúncia depois de ouvida defesa preliminar do senador ou deputado. "Isto pode ajudar a limpar a pauta tanto do Supremo quanto do Congresso", observou Fogaça.

Já na próxima semana, o plenário deve apreciar o substitutivo de Fogaça, cujo parecer se baseou em propostas de emenda de diversos senadores. Caso sejam apresentadas emendas, a CCJ deve manifestar-se mais uma vez. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quer que a mudança nas regras da imunidade parlamentar seja votada ainda neste semestre.

PRINCIPAIS PONTOS DO SUBSTITUTIVO DE FOGAÇA

- Deputados e senadores continuam invioláveis civil e penalmente pelas suas opiniões, palavras e votos (art. 53, *caput*).
- Crimes cometidos antes da diplomação não estão sob o abrigo da imunidade parlamentar (§ 1.º).
- Depois de diplomados, membros do Congresso só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável (§ 1.º).
- A Câmara ou o Senado têm 120 dias para se manifestarem sobre o pedido de licença para processar o parlamentar. Se não houver deliberação (decorso de prazo), a licença é considerada concedida e o Supremo Tribunal Federal (STF) pode abrir o processo (§ 2.º).
- O STF só receberá a denúncia depois de ouvida defesa preliminar do senador ou deputado (§ 2.º).
- O STF é o fórum único para julgamento de deputados e senadores (§ 4.º).
- O deputado ou senador que estiver afastado do exercício da atividade parlamentar perde a imunidade (§ 8.º).

VEJA AQUI COMO FICA O ARTIGO 53 DA CONSTITUIÇÃO (IMUNIDADE PARLAMENTAR)

O que diz a Constituição:

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1.º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa.

§ 2.º O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3.º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4.º Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 5.º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6.º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 7.º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos, praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

O que diz o substitutivo de Fogaça:

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1.º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem licença de sua Casa, por atos praticados após a diplomação.

§ 2.º O Supremo Tribunal Federal, recebida denúncia após defesa preliminar, solicitará à Casa respectiva licença para instaurar ação penal, tendo-se como concedida a solicitação se, no prazo de cento e vinte dias, contados do recebimento, não houver deliberação.

§ 3.º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4.º Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 5.º Independente de licença a abertura de inquérito contra membro do Congresso Nacional, devendo a autoridade competente tomar todas as medidas pertinentes perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 6.º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7.º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8.º Não gozam das imunidades do mandato os membros do Congresso Nacional licenciados de seu exercício.

§ 9.º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos, praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Processos contra senadores serão enviados ao plenário

Por requerimento do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), a CCJ decidiu, por unanimidade, enviar ao plenário os pedidos de licença para processar senadores que aguardam a instrução da comissão. "Se queremos ir a fundo no fim da impunidade, temos que dar essa mostra à sociedade", disse Jefferson.

"Não tenho nada contra os senadores e isso também não significa que votarei a favor de todos os pedidos", acrescentou ele.

O senador acredita que a proposta de emenda à Constituição que

muda a imunidade parlamentar não será votada pela Câmara dos Deputados até o final de 1998, por se tratar de um ano eleitoral. "O que não pode acontecer é o Senado votar projeto contra a impunidade e fingir que aqui não haja processos contra senadores", disse. Existem 23 pedidos para processar senadores em tramitação na Casa.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pretende votar todos os pedidos de abertura de processo contra senadores até julho.

Situação dos parlamentares licenciados, destino dos processos em andamento e prazo de 120 dias são os pontos que alguns senadores já anunciam como passíveis de mudança quando a matéria entrar na pauta

Proposta poderá ter emendas em plenário

Apesar de terem aprovado por unanimidade o substitutivo do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), que modifica as regras constitucionais para a imunidade parlamentar, alguns senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) anunciaram durante a sessão de ontem que apresentarão emendas quando a matéria for apreciada no plenário.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que, mesmo considerando um avanço do substitutivo apresentado por Fogaça, está preocupado com o parágrafo 8º, que prevê que os parlamentares licenciados de seu exercício não têm direito à imunidade. "É preciso analisar melhor esse

assunto até por que existe diferença entre os vários tipos de licença", explicou.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também manifestaram dúvidas sobre o parágrafo 8º. Dutra chegou a propor a supressão da cláusula. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) indagou como ficariam os processos já em andamento, se teriam de cumprir o prazo de 120 dias ou não.

Na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ideal seria que não houvesse a necessidade de licença do Congresso para que um parlamentar respondesse a processo. Mesmo assim, ele votou favorável ao parecer. "O substitutivo de Fogaça representa um avan-

ço considerável e é o que tem condições de ser aprovado", comentou.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) lembrou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi uma das pessoas a propor mudanças na imunidade parlamentar.

Já o senador Francelino Pereira (PFL-MG) adiantou que poderia apresentar emenda em plenário para diminuir o espaço de tempo de 120 dias, de acordo com o substitutivo, que o Congresso teria para responder sobre solicitação do Supremo Tribunal Federal para instaurar ação penal. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitou pressa na tramitação da matéria.



Pedro Simon acha que "Mãos Limpas" é exemplo para o Brasil

Comissão acolhe projeto que modifica a Justiça do Trabalho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou também substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), a projeto de autoria do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que modifica a representação classista na Justiça do Trabalho. A proposta acolhe emenda do plenário que assegura o cumprimento dos mandatos dos atuais ministros classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.

O relator também acatou outra emenda do plenário, que determina que o Tribunal Superior do Trabalho passará a ter 17 juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho integrantes da carreira da



Miranda é o autor do projeto magistratura trabalhista, cinco advogados e cinco membros do Ministério Público.

GENÉTICA

Ainda na sessão de ontem, a CCJ aprovou parecer do relator senador Romeu Tuma (PFL-SP),

favorável ao projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que define os crimes resultantes de discriminação genética. A matéria criminaliza condutas relativas ao uso, para fins indevidos, dos meios tecnológicos da engenharia genética e da medicina molecular.

Em sua justificativa, Alcântara explicou que pretende coibir o uso de informação genética para negar, a pessoas de alto risco, cobertura em planos e seguros de saúde e de vida ou para cobrar-lhes mensalidades ou prêmios proibitivos, o que pode tornar negativos os benefícios que se antecipam da pesquisa genética. Também ficará proibida a exclusão de pessoas de alto risco de processos seletivos para ingresso em emprego.

Ministério Público vai ajuizar ações de racismo

Outra matéria aprovada ontem pela CCJ, em caráter terminativo, foi o parecer favorável ao projeto de lei do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) que delega ao Ministério Público a competência para ajuizar ações civis com o objetivo de "evitar ou interromper atos danosos à honra ou dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos".

A proposta também prevê a possibilidade da obtenção de reparação à discriminação praticada. "O projeto objetiva do-

tar os grupos em questão de um instrumento ágil e eficaz que lhes possibilite enfrentar as manifestações de racismo e discriminação que, infelizmente, correm em nossa sociedade em vergonhosa proporção", justificou o senador.

PRECARIEDADE

Pelo parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), entidades da sociedade civil constituídas há pelo menos um ano também podem tomar a iniciativa das ações judiciais.



Abdias: instrumento ágil

Com o projeto, Abdias quer corrigir "a inegável dispersão e precariedade da legislação atual" sobre a possibilidade de ação contra discriminação.

Livro sobre Operação Mãos Limpas mostra êxito dos italianos

Em solenidade que contou com a presença dos procuradores italianos Piercamillo Davigo e Helio Raimundo, foi lançada ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a publicação *Operação Mãos Limpas*, elaborada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A publicação reúne depoimentos dados pelos procuradores italianos Piercamillo Davigo e Paolo Ielo, em audiência pública na CCJ, realizada em setembro do ano passado.

Os procuradores foram responsáveis pelas investigações na operação que resultou na cassação de 120 parlamentares, mais de duas mil condenações e seis mil processos envolvendo juízes, empresários e dois ex-primeiros-ministros.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), elogiou o trabalho de Simon na coordenação das audiências públicas e alertou para a constatação de que hoje a corrupção é um fato globalizado.

Pedro Simon disse que Bernardo Cabral teve a grandeza de entender a importância de realizar aquela audiência pública que reuniu magistrados, procuradores, ministros, professores e alunos de direito. Simon lembrou que a publicação será distribuída no Congresso Nacional, nos tribunais superiores e nas pro-

curadorias. O senador destacou também o esforço de divulgação desse trabalho feito pelos procuradores-gerais da República em São Paulo.

Ao agradecer a presença dos procuradores italianos, Simon lembrou que a CCJ votaria em seguida o substitutivo de José Fogaça (PMDB-RS) para o projeto que modifica a imunidade parlamentar.

O senador explicou que o substitutivo garante a liberdade do parlamentar para denunciar, mas não encobre crimes contra o patrimônio e a sociedade. "Lugar de ladrão é na cadeia", afirmou.

O procurador Piercamillo Davigo disse que, desde que esteve no Brasil, em setembro de 97, a principal mudança ocorrida foi a entrada da Itália no sistema europeu de moeda única e que ainda é preciso se equalizar o tratamento dos crimes na Europa.

Para Piercamillo, a moralidade na administração pública da Itália precisa ter continuidade, já que a corrupção também atingiu a Justiça e "isso precisa ser combatido com mais força ainda". Ele lembrou também que a imunidade parlamentar na Itália acabou em novembro de 93 e que funciona mais ou menos nos mesmos moldes do substitutivo proposto por José Fogaça.

Trabalhadores autônomos, empresários e empregados domésticos poderão fazer os recolhimentos trimestralmente, conforme proposta acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais

CAS aprova mudança na contribuição à Previdência

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável ao projeto da Câmara que permite mudança no recolhimento da contribuição previdenciária de trabalhadores autônomos, empresários e empregados domésticos: em vez de fazer a contribuição mensalmente, como ocorre hoje, esses contribuintes poderão pagar a Previdência de três em três meses, conforme a proposta.

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para, depois, ir ao plenário. O pagamento trimestral previsto na proposta só vale, no entanto, para os contribuintes que estão enquadrados

na faixa de salário-de-contribuição da Previdência Social que vai até R\$ 206,37, prevista na Lei de Custeio da Previdência. São pessoas de baixa renda e representam cerca de 4 milhões do total de contribuintes da Previdência Social. De acordo com o autor do projeto, deputado Arnaldo Madeira, esses contribuintes pagam por mês, em média, R\$ 26,00 para a Previdência.

O relator do projeto, senador Djalma Bessa (PFL-BA), disse que



Djalma Bessa deu parecer favorável ao projeto originário da Câmara

essa alteração vai dar ganho de recursos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que paga, mensalmente, R\$ 1,86 de tarifas bancárias para poder receber a contribuição dos segurados. Essa tarifa absorve entre 5,7% e 7,1%

do valor arrecadado, percentuais que estão acima da taxa básica de juros de mercado, de 2,8%. "Os contribuintes também serão extremamente beneficiados, pois poderão de se e n d e r menos esforço para efetuar seus recolhimentos, além de melhor distribuírem seus fluxos de gastos", disse o senador. A mudança na periodicidade do pagamento da contribuição previdenciária não é obrigatória. O projeto apenas possibilita essa alteração.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) votou a favor do projeto, mas defendeu que a regra seja obrigatória.

PEDIDO DE VISTA

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade, concedeu vista para o projeto terminativo que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas e Industriais. O parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável ao projeto, de autoria do senador Odacir Soares (PTB-RO). Pela proposta, os técnicos agrícolas e industriais de nível médio não precisam mais estar registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para exercer a profissão.

Miranda quer condicionar compras com crédito externo a concorrência internacional

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) quer que as operações de crédito de médio e longo prazos destinadas à aquisição de bens e serviços oriundos de acordos bilaterais só sejam autorizadas se as compras ocorrerem com base em concorrência pública internacional. Com esse objetivo, ele apresentou projeto alterando a Resolução 96/89 do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito externo e interno da União, autarquias e entidades controladas pelo poder público federal.

Miranda explicou em plenário que a Resolução 96/89, até para ser coerente com a Lei 8.666/96, precisa tornar explícito que é vedada a autorização legislativa a esses empréstimos externos sem as devidas cautelas da concorrência internacional. Observando que, no direito brasileiro, as regras não se submetem às do direito internacional, o parlamentar explicou que hoje os acordos bilaterais estão sem o disciplinamento de uma norma específica. — Ademais, releva-se o fato de os contratos firmados no âmbito desses acordos bilaterais serem focos inequívocos de suspeição. Nem o poder público nem o Senado têm como auditar os superfaturamentos existentes.

Gilberto Miranda disse, ainda, que não há como fiscalizar o atraso tecnológico nem a falta de controle das similaridades com os produtos nacionais, não podendo o Senado continuar autorizando indiscriminadamente empréstimos externos "amarrados em dois pilares — acordos bilaterais e empresas mancomunadas com o comprador e livres da concorrência".

O senador requereu que o Ministério da Aeronáutica envie in-

Proposta apresentada pelo senador torna mais claras as normas para autorizar empréstimos

formações sobre proposta de prestação de serviços da empresa Atech para a Polícia Federal. Ele quer também que o Ministério da Justiça envie ao Senado, entre outros, os seguintes documentos: cópia integral dos projetos Pró-Amazônia e Promotec; cópia do acordo de cooperação para modernização e reaparelhamento da Polícia Federal; cópia do processo de dispensa de licitação; e cópia de propostas apresentadas pela Sofremi — Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços.

Projeto amplia alcance da execução trabalhista

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do relator, senador João França (PFL-RR), a projeto da Câmara segundo o qual a execução trabalhista poderá ser promovida contra qualquer empresa integrante do mesmo grupo econômico, ainda que não tenha participação no processo de conhecimento. A matéria, que vai à apreciação do plenário, acrescenta parágrafo ao artigo 2º da CLT.

O relator observa que no processo de execução o empregado po-



João França

derá requerer a penhora dos bens da empresa, componente do grupo, que sejam suficientes para garantir a liquidação do débito da sociedade à qual prestou diretamente seus serviços. Nesses casos, a experiência demonstra, explicou, que a inexistência de bens autoriza

o empregado a requerer a penhora de bens de outra instituição empresarial do mesmo grupo. Porém, ele não concorda com a prática, "hoje corrente", segundo a qual, no processo de conhecimento, todas as

empresas do grupo econômico devem ser notificadas ou citadas, pois a falta dessa providência se constitui em nulidade capaz de tornar sem efeito todos os atos processuais a partir da notificação. Assim, acredita França, a proposição contribui para eliminar controvérsias geradas por diferentes interpretações da CLT.

Apesar de ter votado favoravelmente, o senador Leonel Paim (PFL-DF) defendeu a necessidade de "uma profunda reforma na Justiça trabalhista brasileira" e afirmou que o projeto introduz uma modificação "necessária, mas ainda limitada".

Recursos para enfrentar El Niño tiveram uso eleitoral, diz Emília

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) disse ontem que as informações enviadas pelo governo sobre a utilização de R\$ 150 milhões destinados a atenuar os efeitos do El Niño indicam "uma farta distribuição de recursos voltada para o atendimento de demandas eleitorais, às vésperas de votações, como vem-se repetindo ao longo da história deste governo".

Os dados foram fornecidos à senadora pelo Departamento de Defesa Civil da Secretaria Especial de Políticas Regionais, do Ministério do Planejamento e Orçamento, em resposta a seu requerimento de informações. Emília lembrou que, no final de 1997, o Congresso aprovou

o crédito suplementar de R\$ 150 milhões sob o argumento de que os recursos seriam utilizados em ações "de redução de desastres, por meio de medidas destinadas à recuperação e reconstrução de danos causados, ou de ações preventivas". Então, acrescentou, o Rio Grande do Sul registra 15 mil desabrigados pelas enchentes e perda de lavouras intencas, e estudos do Ministério da Agricultura apontavam para uma das piores secas no Nordeste.

O Rio Grande do Sul, segundo a senadora, contou com a liberação



Emília Fernandes

de recursos para apenas dez dos mais de cem municípios atingidos; nove dos dez municípios beneficiados receberam valores entre R\$ 100 mil e R\$ 300 mil, enquanto o décimo deles, Tramandaí, "reduziu eleitoral do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha", recebeu R\$ 1 milhão. Muitas das alocações feitas no Norte e no Nordeste, na opinião de Emília, foram aplicadas em obras que não correspondem aos objetivos para os quais os recursos foram aprovados.

Senadores manifestam pesar pela morte de Xausa

Por iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento do professor Leônidas Rangel Xausa, advogado e cientista político gaúcho, cassado pelo AI-5. Depois de anistia em 1979, prestou relevantes serviços de assessoria à Assembleia Constituinte de 87/88, conforme destacou o senador.

Xausa exercia mandato de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e era professor de Direito Constitucional da Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, além de suplente do senador Simon para o mandato 91/99.

Simon ressaltou o grande número de obras publicadas de Xausa, em especial *A Constituinte Questionada e Partidos e Eleições no Brasil*. Ele foi agraciado com a comenda Oswaldo Vergara, por serviços prestados à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a medalha de homenagem especial do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Câmara terá missa por Luís Eduardo

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados fará realizar hoje, às 10h, no Salão Negro, missa em memória do ex-presidente da Casa, ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, pela passagem do trigésimo dia de seu falecimento.

Segundo o senador, a baixa densidade demográfica é um convite à cobiça internacional, permitindo que "se pense que, por se encontrar vazia, a Amazônia não pertence a ninguém"

Cabral faz apelo por imediata ocupação da região amazônica

Ao alertar sobre o recrudescimento da cobiça internacional em relação à Amazônia, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) conclamou ontem o governo a apressar as ações visando ao seu desenvolvimento sustentado. "A Amazônia representa o último vazio demográfico do mundo com riquezas abundantes, e a comunidade internacional se vale de teses esfarrapadas como defesa do meio ambiente e combate ao tráfico de drogas para inibir os esforços nacionais de desenvolvimento", disse.

Cabral citou um estudo elaborado pelo Conselho Empresarial de Assuntos Estratégicos, sob a chefia do general Rubem Bayma Denis, para reforçar seu

alerta. "O desenvolvimento da Amazônia faz parte de uma manobra nacional de integração do território brasileiro. Urge acelerar sua ocupação, preservando seus ecossistemas, a fim de que não se pense que ela, por se encontrar vazia, não pertence a ninguém", afirmou o senador, citando o documento.

Para Cabral, é urgente que o governo brasileiro dite as regras e imponha as condições necessárias para a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, re-



Cabral prega o desenvolvimento sustentado

gistrando sua inabalável decisão de continuar a impedir as manobras internacionais para repartir suas riquezas. "Há quase dois anos, quando alertei para os perigos das madeiras asiáticas, poucos prestaram atenção.

Hoje, todos estão entendendo", destacou.

O senador historiou as tentativas de países como os Estados Unidos de interferir na região. "Mesmo antes de nossa independência, em 1817, o oceanógrafo Mathew Fawry, já aconselhava a criação de um Estado da Amazônia 'protégido' pelo governo norte-americano."

A partir da década de 80, as tentativas viraram exigências de preservação do meio ambiente e das populações indígenas. "E agora o grande pretexto é o tráfico de drogas", concluiu Cabral, enfatizando que a cobiça permanece a mesma.

José Ignácio propõe penas mais severas para seqüestro e cárcere privado

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou dois projetos de lei com o objetivo de elevar as penas para os crimes de seqüestro e cárcere privado (artigo 148 do Código Penal), bem como o delito de formação de quadrilha ou bando que perturbe a paz pública (artigo 288 do mesmo código). As duas proposições serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cida-



Ignácio: "união pela solidariedade"

dania (CCJ) do Senado, em caráter terminativo. Se forem aprovadas, seguem para apreciação

pela Câmara dos Deputados.

Um dos projetos eleva as penas de seqüestro e cárcere privado para reclusão de três a dez anos, segundo os níveis de gravidade fixados pelos parágrafos e incisos do artigo 148 do código. O senador argumenta que "é preciso erigir a segurança como um dos nossos principais valores, para que a sociedade se equilibre e possa confiar em si própria e se desenvolva com liber-

dade, justiça e solidariedade".

A outra proposição fixa em reclusão de dois a seis anos as penas para os crimes de formação de quadrilha ou bando, que "atingem a paz e a tranquilidade da coletividade, tirando-lhe a calma, o sossego, a quietude, estados tão necessários para que a sociedade seja construída de modo regular, unida pela solidariedade".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), Nelson Lins, sobre os sorteios 0900 na televisão
- 8h - Debate com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Lourival Dantas, sobre a industrialização do DF
- 9h - Sessão plenária do Senado (vivo)
- 11h - Sessão do Congresso Nacional (vivo)
- Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação do projeto de lei que cria regras mais rígidas para o endividamento dos estados e municípios (pré-gravada)
- 14h30 - Sessão plenária do Senado (reapresentação)

- 18h15 - Entrevista com o diretor do Procon, Nelson Lins, sobre os sorteios 0900 na televisão
- 19h - Debate com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Lourival Dantas, sobre a industrialização do DF
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Debate com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) sobre a Fundação Pedroso Horta
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Senador apela ao bom senso e afirma que emoção não vai ditar rumos das decisões do Senado. Ele disse que governo e professores universitários precisam ampliar diálogo, mas garante que instituição cumpre seu papel

Amin: "Congresso não tem sido omissos"

"A busca do diálogo pressupõe a sensatez e o desprendimento. E este esforço o Senado tem feito", afirmou ontem o senador Esperidião Amin (PPB-SC), clamando ao bom senso, minutos depois de o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entrar no plenário com um manifestante ferido em tumulto ocorrido em frente ao Congresso Nacional (ver matéria ao lado).

A gravidade das circunstâncias me obriga a fazer um apelo ao bom senso. Não será a emoção que vai imprimir o rumo que essa Casa deve tomar, não só para o momento, mas para as suas consequências — disse o senador.

Amin afirmou que o próprio Eduardo Suplicy, na semana passada, na terça-feira e ontem de manhã, participou de iniciativas destinadas a assegurar o diálogo entre os representantes das entidades que coordenam a greve dos professores universitários e o governo federal. Ele disse que deputados e senadores de todos os partidos têm-se mobilizado para evitar que o movimento converta-se em confrontação física.

O senador catarinense também afirmou que o confronto é a forma de diálogo mais elementar e com menor possibilidade de êxi-



Amin: sensatez e moderação

to. Ele insistiu em afirmar que o Legislativo tem procurado mediar o entendimento entre governo e professores: "É preciso que a sociedade saiba que nós não temos sido omissos numa questão tão grave e tão importante", observou.

Conforme Amin, num momento como esse, "cada um tem que dar a contribuição da sensatez e da moderação e não do seu inverso". Ele explicou que, na reunião realizada com os representantes dos grevistas, ontem de manhã, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, as entidades que os representam ficaram com uma pauta mínima de exigências para o que o senador chamou de "armistício".

Amin acha que é possível suspender as hostilidades, mas insistiu na necessidade de que todos ajam com bom senso.

Josaphat critica pressão do governo sobre reitores

"Não é hora de falar em intervenção nas universidades", ponderou ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao analisar a proposta para que o Ministério da Educação use os poderes outorgados pelo Decreto 1.480 exigindo, dos reitores das universidades federais, a lista dos professores que estão em greve, para que possam ser privados de seus salários.

Para Josaphat, o decreto não permite que o ministério obrigue os reitores a enumerar os grevistas de suas universidades. "Os reitores não são meros chefes de repartições públicas que devam obediência ao ministro correspondente", observou o senador. "Eles não ocupam cargos de confiança do ministro; ao contrário, por serem eleitos pela comunidade universitária, eles são da confiança da sua universidade", destacou.

Josaphat ponderou que, talvez, o Senado possa contribuir na que-



Josaphat defendeu os reitores

bra do impasse entre o MEC e os grevistas. "Não sei bem de que maneira, mas certamente não me parece apropriada a sugestão de uma medida que vai agravar ainda mais a divergência entre as partes, criando animosidade dos professores em relação aos reitores de suas universidades. Não acredito que o ministro Paulo Renato pretenda transformar reitores em meros funcionários públicos que devam cumprir ordens", concluiu.

Suplicy é atacado por cão da Polícia Militar do DF

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi atacado ontem por um cachorro da Polícia Militar do Distrito Federal, ao tentar entrar no prédio do Congresso. O cachorro rasgou sua calça. O senador vinha da manifestação que estava sendo realizada defronte ao Parlamento, trazendo com ele pessoas feridas na confusão que envolveu manifestantes e policiais militares, no intuito de serem atendidas pelo Serviço Médico do Senado. Suplicy, em rápido discurso, lamentou o incidente.

Segundo o senador, para que a manifestação fosse ordeira, os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outras entidades estavam em um caminho, distantes cerca de 300 metros do parlamento em frente do Congresso Nacional. Eles pediam calma, mas manifestantes mais exaltados e próximos ao Senado não escutavam, devido à distância.

O senador disse que tentou chegar ao caminho para dizer que algumas pessoas não escutavam os pedidos por ordem. No meio do caminho, deparou-se com uma pessoa que tinha, em sua opinião, um grave ferimento no olho. Suplicy preferiu então voltar ao Congresso, trazendo o ferido para ser atendido pelo Serviço Médi-

co do Senado Federal. Ele acrescentou que, a caminho do Congresso, encontrou outra pessoa ferida, que chamou para vir junto. Apareceram então policiais militares impedindo sua passagem.

NOTA À IMPRENSA

Depois dos incidentes, o senador Eduardo Suplicy distribuiu a seguinte nota à imprensa:

"Conversei, às 18h35, por telefone, com o presidente da República em exercício, Antonio Carlos Magalhães, para lhe esclarecer sobre os fatos ocorridos nesta tarde. Todos os parlamentares, que se dirigiram à manifestação dos trabalhadores, lá estiveram para ouvir os seus anseios de protesto contra a grave crise de desemprego no país, bem como para contribuir com a preservação da calma e evitar qualquer incidente.

Esclareci ao presidente que não houve qualquer parlamentar que lá estivesse para tumultuar. Informei-o que, ao ver dois rapazes feridos, um deles com gravidade no olho direito e bastante ensanguentado, uma vez que havia sido atingido por uma bomba de efeito moral, resolvi levá-los para o Serviço Médico do Senado, por ser o socorro mais próximo. Ao tentar passar pelos policiais militares, que guardavam a rua de acesso ao Senado, identifiquei-me como o se-



Suplicy não sofreu ferimentos

nador Eduardo Suplicy e disse que estava levando os rapazes feridos para o Serviço Médico. Ao invés de deixar-me passar, um dos policiais avançou com seu cachorro, que mordeu a minha calça, felizmente não atingindo a perna. Daí, prossegui com ambos até o Serviço Médico.

Após o primeiro socorro, Herimar Gomes Leite, de 40 anos, posteriormente identificado como professor universitário do Piauí, foi levado ao Hospital de Base. Diagnosticado o grave ferimento, será submetido a uma cirurgia. Em seguida, conversei com o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que me pediu desculpas pelo episódio, dizendo-me que está pedindo os devidos esclarecimentos aos comandantes da Polícia Militar. Solicitei ao governador, que assim o determinou de pronto, a devida assistência médica a Herimar Gomes Leite, para que possa fazer a cirurgia o quanto antes."

Melo atende feridos, mas condena invasão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entrou ontem no plenário do Senado com três manifestantes, um deles ferido em confronto com a Polícia Militar na frente ao Congresso Nacional, e dirigiu-se correndo para o posto de serviço médico, ao lado do Comitê de Imprensa.

Emília Fernandes (PDT-RS), que encerrara pronunciamento sobre a aplicação dos recursos destinados a controlar os efeitos do *El Niño*, solicitou ao senador Geraldo Melo (PSDB-RN), na presidência dos trabalhos, que intercedesse no sentido de garantir que manifestações democráticas não fossem reprimidas.

Em resposta à senadora e à atitude de Suplicy, Geraldo Melo solicitou que os senadores se mantivessem nos limites da dignidade e do respeito, pois "este recinto não



Melo exigiu respeito e dignidade

pode ser invadido, muito menos sob o patrocínio de um senador da República".

Quando ao pedido feito por Emília Fernandes, Melo assegurou que "as vias públicas do Distrito Federal não são de responsabilidade do Senado". Ele afirmou ter "motivos para desconfiar de que confrontos des-

sa natureza não ocorreriam se as lideranças das manifestações populares se conduzissem apropriadamente e se privassem de invadir prédios públicos".

Após dizer que autorizara o tratamento dos feridos, Geraldo Melo elogiou então a atuação parlamentar de Suplicy, dizendo não ter dúvidas das nobres intenções do senador. Ressaltou, contudo, que o Congresso Nacional não poderia se responsabilizar pelas taxas de desemprego — motivo do protesto que acontecia defronte ao Congresso — nem por qualquer outra situação de crise.

— O fato expressa apenas um erro de julgamento lamentável da parte de uma autoridade policial — afirmou o presidente em exercício do Senado.